

GALICIA GERMÂNICA

Dieter Kremer

Galicien-Zentrum da Universidade de Trier

0. É para mim uma honra e um prazer abordar hoje uma temática que, à primeira vista, desperta o interesse uma vez que o conhecimento desta matéria não está demasiado desenvolvido, é mesmo bastante vago. Convém, no entanto, delimitar a temática. Parto do princípio que os organizadores deste congresso pensaram neste longo período histórico que separa a Antiguidade da Idade Média, caracterizado pelas chamadas Invasões Germânicas (ou dos Bárbaros, no sentido clássico de “estrangeiros”) e que marca a dissolução da relativa unidade romana e latina ou política e cultural do Império em antigas regiões históricas ou étnicas e em línguas românicas individuais. E será neste sentido que vou resumir alguns, poucos, aspectos da história da língua galega. A noção de «germânico», no seu uso actual, refere-se também a um dos estados germânicos –a Alemanha (em italiano Germania)– mas, curiosamente, não abarca a Inglaterra, a Holanda, os países escandinavos. No decorrer da história medieval e moderna tem havido bastantes contactos entre a Europa germânica e a Galiza, aliás sem influência linguística ou cultural recíproca digna de menção. Não me ocuparei destas fases históricas posteriores às Grandes Invasões, interessantes em mais de um aspecto político, económico ou cultural. Também não vou tratar de um aspecto particular da história da linguística românica, disciplina filológica importantíssima nascida na Alemanha do século XIX, ou seja da formação científica «germânica» de alguns dos grandes romanistas galegos ou da contribuição de romanistas alemães para os Estudos Galegos. Quero apenas mencionar o meu mestre Joseph M. Piel, importante no contexto da minha temática e grande amigo da Galiza e dos galegos, para realçar a transcendência da prevista reedição das suas obras (inclusive os inéditos e um índice remissivo) aqui em Santiago. Feitas estas reservas devo ainda acrescentar que prefiro, pessoalmente, dizer *Galicia* em vez da forma portuguesa e popular *Galiza*; ela traduz uma realidade histórica contínua ao contrário de muitos outros domínios de grande tradição, incluído o secular Portugal nascido de terras «galegas» em palavras do Padre Sarmiento: nunca houve um «Portugal germânico». Desde já sublinho que o nosso passeio pela história dos séculos V ao X ou XI será

bastante árido: politicamente marcado pela dominação «germânica» e a conseguinte convergência num estado nacional —o hiato islâmico só teve consequências indirectas na formação da Galícia e do galego medievais— o elemento germânico nota-se, eventualmente, na sociedade e nas instituições: a história propriamente linguística desta fase de formação da realidade galega pouco tem de germânico.

1. Repito muito sucintamente as datas históricas mais importantes do período germânico, que considero aliás conhecidas. As nossas fontes mais directas dos acontecimentos históricos são os relatos de Idácio, Paulo Orósio, São Martinho de Braga (ou de Dume), Gregório de Tours, João de Bicláro e Isidoro de Sevilla¹. No Outono do ano 409 entra na Península Ibérica um conglomerado de vários povos germânicos: Vândalos asdingos e silingos, Alanos e Suevos. Estes repartem as regiões por sorteio, cabendo aos Asdingos o Norte da Gallaecia, aos Suevos o Sul, aos Alanos a Lusitânia e a parte ocidental da Carthaginensis, aos Silingos a Bética. Entre 416 e 418, depois da fracassada tentativa para se instalarem na África, e como aliados de Roma, os Visigodos combatem com grande êxito os Vândalos silingos e os Alanos. Os sobreviventes juntam-se aos Asdingos, desaparecendo os Silingos como povo. O povo dos Visigodos instala-se, depois de ter concluído o célebre tratado ou *foedus* com o Império, na Aquitânia, base do futuro Reino de Tolosa. Já em 419 Suevos e Vândalos asdingos lutam entre si, e só a intervenção romana (que parece confirmar a confederação entre Roma e Suevos) salva estes do aniquilamento. Os Asdingos abandonam a Gallaecia e instalam-se na Bética. Apesar de uma notória vitória sobre os Romanos em 422, os Vândalos realizam, no ano 429, a sua transferência para o Norte da África. Fica assim, de modo estável e como único povo germânico, o dos Suevos. Nas décadas seguintes, os Suevos desenvolvem uma «incontenible fiebre expansionista que les impulsó a salir de sus asentamientos de Galicia, para extender su señorío por la Lusitania, la Cartaginense y la Bética»². Estava a ponto de se converter no grande Reino germânico da Península se não fosse a batalha do rio Orbigo, perto de Astorga³, que deu aos Visigodos tolosanos sob Teoderico II uma vitória total. Segundo Idácio: «regnum destructum et finitum est». Será no entanto só em 468, depois da entrega de Lisboa aos Suevos e ano da morte de Idácio, que mais uma acção punitiva dos Visigodos, desta vez a partir da sua praça forte —Mérida— que os Suevos «quedaron arrinconados en el noroeste de la Península y comenzaron a vivir una oscura existencia que durante un siglo apenas dejó rastro en las fuentes»⁴. A presença dos Vi-

¹ Cf. as abundantes referências bibliográficas em José Orlandis, *Historia de España. La España visigótica*, Madrid 1977, e *Historia de España Menéndez Pidal*, tomo III: *España. visigoda*, 2 vols., Madrid 1991. Continua útil a antologia de Roberto Grosse, *Las fuentes de la época visigoda y bizantinas*, Barcelona 1947.

² Orlandis p. 33.

³ «...los campos Gallaecia —que luego se llamarían Campos Góticos», Orlandis p. 43.

⁴ Orlandis p. 46.

sigodos, cada vez mais massiva desde 468, tornou-se definitiva depois da derrota de Vouillé em 507, contra os Francos merovíngios. A partir de 573, depois de uma acção militar do rei suevo Miro –filho de Teodemiro monarca que por influência de São Martinho de Braga se convertera ao catolicismo– Leovegildo iniciou uma série de campanhas contra os Suevos que iria culminar na destruição do Reino dos Suevos em 585. Diz Isidoro na sua *Historia Suevorum*: «Regnum autem Sueuorum deletum in Gothis transfertur, quod mansit annis CXXVI», é mais explícito João de Biclara na sua Crónica: «Leovegildo subjugou à sua potestade a nação dos Suevos, o seu tesouro e a sua pátria, e fez dela uma província dos Godos»⁵. O resto é já demais conhecido. É importante sublinhar que o Reino dos Suevos ultrapassou os limites da antiga Gallaecia e abarcou grandes partes da Lusitânia, incluindo as dioceses de Lamego, Viseu, Coimbra e Idanha que só mais tarde seriam restituídas à província da Lusitânia.

2. O conhecimento desta fase histórica delimitada, em princípio, pela entrada na Península Ibérica dos primeiros povos germânicos –Vândalos (Asdingos e Silingos), Alanos e Suevos– no ano 409 e a catástrofe de 711, não é escasso, apesar da falta de fontes directas. A abundante historiografia –entre as várias histórias da Hispânia germânica cito aqui apenas a geral sob a direcção de Menéndez Pidal e a de José Orlandis e, para o Reino dos Suevos, a de Casimiro Torres– deixa entrever por um lado a continuidade de estruturas sociais, administrativas e agrárias romanas e por outro o forte impacto dos «invasores» para a unidade político-jurídica da Hispânia, incluindo o «apêndice» da Septimânia. É precisamente o termo de «invasores», além de «bárbaros», que se presta a mal-entendidos. Na realidade, a Hispânia foi, para Suevos e Visigodos, a última pátria. Confundiram-se com a população indígena. As nações medievais já não correspondem a etnias, são resultado de uma secular convivência e integração de «raças» distintas. É na verdade extremamente difícil captar, em todos os seus momentos, este processo histórico de assimilação entre germanos e as várias etnias da Península. Temos de ter em conta a relação demográfica que seria de 1:20 (ou 5% de Germanos), e ao mesmo tempo a diversificação das camadas sociais: a romanização teria avançado muito mais rapidamente na aristocracia –a classe dominante parece integrar as grandes famílias de tradição romana–, as tradições góticas ter-se-iam mantido até bem entrado o século VII entre a população humilde do campo. Durante o «período histórico» é nítido o conceito de germanidade. O rei era obrigatoriamente de estirpe goda. Ao mesmo tempo e como consequência de uma legislação única para todos, assistimos ao nascer de uma nacionalidade comum romano-germânica. Parece que o «neo-gotismo» da primeira fase da Reconquista significa precisamente a restauração desta unidade nacional e não racial, sendo uma tradição propriamente germânica ainda característica de algumas grandes famílias. Parece-me importante insistir na continuidade do pós 711: os Visigodos não «morreram como

⁵ Orlandis p. 104, Grosse p. 187, Rodríguez Alonso p. 320.

povo» (Piel) –já não existiam como tal– nem foram expulsos da Península, não se registando qualquer êxodo populacional: eles sobrevivem na sociedade medieval.

O povo dos Suevos tem um papel fundamental na Galícia Germânica. Depois de os Asdingos –que tinham ocupado o território da actual Galiza, aos Suevos coube o Norte do actual Portugal– se deslocarem para a Bética e em seguida para a África (como consequência de os Visigodos terem aniquilados os Silingos e Alanos) os Suevos dominam todo o Noroeste peninsular, a Gallaecia e grande parte da Lusitânia –sendo a capital Mérida posto avançado dos Visigodos– com repetidas tentativas para se apoderar das outras províncias romanas. A corte encontra-se em Braga, Porto é praça forte. Mas depois de 468, pouco depois da importante derrota contra os Visigodos, reina um silêncio absoluto que só será interrompido a partir dos anos 60 do século seguinte, em plena actividade de São Martinho de Dume e a poucos anos do fim do reino. Desde 585 (e seguramente já alguns anos antes) até 711 a Gallaecia faz parte do Reino visigodo e é de notar, com José Mattoso, «o pouco interesse que até agora tem despertado a temática Godos e Gallaecia» (podia acrescentar-se Lusitania)⁶.

É problemático o caso dos Suevos, e não posso entrar em mais pormenores: basta remitir, por exemplo, ao colóquio dedicado aos «Suevos» realizado em Braga nesta Primavera⁷. De facto, nada ou muito pouco sabemos deste grupo germânico e não deixa de ser controversa a sua proveniência e composição étnica. Parece que devem identificar-se com os Quadros e que passaram algum tempo na Pannonia (hoje Hungria), também pátria de São Martinho de Dume ou de Braga. É pouco segura a identificação com os actuais Schwaben (Suabos) da Alemanha, e tentar estabelecer uma ligação linguística entre Suevos e Suabos não passa de pura especulação. Pensa-se, no entanto, que os Suevos pertencem ao ramo chamado ocidental do germânico, ao contrário dos Godos ou Vândalos germanico-orientais. Mas nada sabemos da sua língua, e a onomástica dos reis suevos é predominantemente goda.

As fontes que nos podem fornecer algum indício de uma eventual influência linguística germânica são na sua totalidade indirectas. Não há, repito-o, nenhum documento da fase chamada «histórica» dos Hispano-godos que esteja escrito em godo ou faça menção desta língua germânica, relativamente bem conhecida. Temos de deduzir os nossos conhecimentos dos textos e documentos da época escritos em latim e dos quais o melhor conhecedor é o Prof. Díaz y Díaz. São especialmente importantes os textos legais (que contêm alguns, poucos, termos germânicos de índole administrativo: *gardingus*, *guardia*, *scancia*, *tiufadus* e *sagio*) e as notabilíssimas actas dos concílios hispânicos, só transmitidos em cópias medievais⁸, assim como a colecção original dos documentos, na sua maior parte fragmentá-

⁶ Cf. J. Mattoso p. 325.

⁷ Cf. Erwin Koller / Hugo Laitenberger (ed.), *Suevos – Schwaben*, Tübingen 1998 (= *Tübinger Beiträge zur Linguistik*, 426).

⁸ Edição crítica de Martínez Díez, Gonzalo / Rodríguez, Félix: *La Colección Canónica Hispana*, III. *Concilios griegos y africanos*, Madrid 1982, IV. *Concilios galos, concilios hispanos: primera parte*, Madrid 1984, V. *Concilios hispanos: segunda parte*, Madrid 1992 (= *Monumenta Hispaniae Sacra*, 3-5).

rios, escritos sobre piçarras⁹. Mas na realidade essas fontes fornecem-nos bem pouca informação: Parece que uma eventual língua hispano-gótica falada não teve qualquer impacto sobre a estrutura morfológica ou fonética do latim¹⁰, relativamente conservativo, da época¹¹. O pequeno grupo dos empréstimos lexicais só se pode «destilar» das línguas românicas ulteriores. O que resta é o impressionante acervo dos nomes pessoais.

3. Convém insistir, mais uma vez, numa terminologia inequívoca porque, especialmente no que respeita às influências germânicas, continua a haver uma certa confusão que enevoa a situação real. Costuma falar-se, na terminologia tradicional, de *etimologia* (fazendo-se a distinção entre etimologia remota e etimologia imediata), de *história das palavras* e de *empréstimos*. Esta terminologia funciona bastante bem a nível do léxico comum: uma palavra como *guerra* considera-se uma palavra galega, portuguesa, castelhana, etc., fazia já parte do léxico comum do latim chamado vulgar. Trata-se, pois, de uma palavra comum «pan-românica» (não há traço nenhum de *bellum*, do latim clássico, tratando-se, no caso do romeno *război*, substantivo também neutro, de um eslavismo tardio) com etimologia imediata latina e etimologia remota germânica, portanto empréstimo ou «germanismo» do latim. Outra palavra como o galego e português *luva*, castelhano *lua*, exclusiva do Centro e Ocidente da Península Ibérica, é um empréstimo ou «hispano-gotismo», derivado do gótico *lôfa*, documentado no sentido de “palma da mão” e etimologia imediata, cuja evolução semântica até “luva” já faz parte da história da palavra. Mas nenhum hispano-falante se lembraria chamar «germânica» a uma palavra como *luva* que considera automaticamente, e com toda a razão, como portuguesa, galega, etc., o mesmo acontecendo com os inúmeros arabismos que fazem parte integrante do léxico comum, seja por via directa ou indirecta.

A situação é distinta no campo da onomástica, considerada sem razão como algo de diferente, especial, exótico. Na realidade, os nomes de pessoa e de lugar não passam de unidades lexicais, com uma aplicação ou função bem definida. Ou dito de outra maneira: o léxico onomástico, em toda a sua complexidade, é parte integrante do léxico comum. A única especificidade deve-se ao facto de ele representar, na grande maioria dos casos e falando de etimologia, camadas históricas e ambientes mais ou menos bem definidas. Assim um nome pessoal como *Teresa* faz parte do léxico onomástico galego e português (com uma grande proliferação internacional) ao mesmo título que, por exemplo, *Elvira*. Nos dois

⁹ Isabel Velázquez Soriano, *Las pizarras visigodas. Edición crítica y estudio*, Murcia 1988.

¹⁰ «En resumen, esta penetración de expresiones góticas (y quizá suevas) en el vocabulario español no cambia en nada la estructura románica de la lengua. En particular, no se hace constar ningún influjo gótico en el desarrollo fonético o morfológico que sería debido a la lengua gótica. Sin embargo, la infiltración del elemento gótico en la población autóctona no fue sin ejercer una influencia poderosa sobre el español; pero la fuente de este influjo ya no era el idioma gótico, sino el idioma románico aprendido por os godos en la Francia meridional y trasladado a la Península Ibérica. Este influjo, sin embargo, todavía está por estudiar», E. Gamillscheg, *ELH* 2,91.

¹¹ Cf. M. Díaz y Díaz, «Rasgos lingüísticos», *ELH* 1,153-197.

casos temos nomes de origem ou etimologia não latina –*Teresa* é um nome de evidente origem prelatina, exclusivo da Península, *Elvira* é um dos nomes característicos de etimologia hispano-gótica– e temos de considerá-los como empréstimos integrados no onomástico peninsular não se distinguindo, de modo nenhum, de nomes como *Maria* ou *Inês*, nomes de etimologia remota respectivamente hebraica e grega, mas transmitidos pelo latim. Ainda mais ilustrativos exemplos como *Mendo* ou *Menga*, de etimologia remota respectivamente hispano-gótica e latina, mas transformados em língua romance, sendo a etimologia imediata *Ermenegildo* ou *Domenga*.

Quanto à toponímia, é especialmente frequente falar-se de «toponímia germânica», por exemplo. Na realidade não há, na Península Ibérica, praticamente nenhuma toponímia germânica, a não ser as duas fundações históricas de *Recópolis* e *Victoriacum*. O que se costuma chamar assim são denominações toponímicas medievais românicas, com empréstimos –lexicais ou onomásticos– de origem ou etimologia germânica. Uma *Saavedra* é uma denominação puramente romance, baseada no empréstimo lexical *sala* ou *sá*. O topónimo, frequente, *Samil* (também *Saamil*, *Samir*, *Salamir*, *Zaramil*, *Sanamil*, *Sanmir*, *Sanmil*, *Sanmiro*, *Samirás*, *Xamirás*), é o resultado de uma formação latina do tipo *villa Salamiri*, quer dizer com o lexema comum *vila* e o nome do proprietário latinizado em *Salamirus*. Este nome pessoal é um nome do onomástico comum da época, sendo a sua etimologia gótica. A formação em si nada tem de «germânico».

Insisto nesta distinção banal entre «germânico» e «de origem germânica» para evitar, a todo custo, especulações inúteis e falsas. Basta citar o Prof. Piel: ele próprio contribuiu involuntariamente para esta confusão terminológica quando fala, ao referir-se à toponímia deantroponímica, de «toponímia germânica» ou «nomes de lugar, antigos e modernos, de origem visigoda», etc., especificando porém que «os topónimos portugueses de origem visigoda explicam-se portanto pela antroponímia medieval respectiva, e as conclusões históricas que deles podemos tirar não vão além das que esta nos permite. O facto de uma localidade ter um nome de origem visigoda, não implica de maneira nenhuma que tenha sido fundada ou habitada por um godo. Indica única e exclusivamente que, em determinada época da Idade Média, esta localidade foi propriedade de um indivíduo de nome visigodo»¹². No seu artigo fundamental sobre «O património visigodo da língua portuguesa», de 1942, declara:

É a altura de preguntarmos como se deverá explicar a grande supremacia dos nomes godos no antigo onomástico. É evidente que eles não têm valor nenhum para a identificação da nacionalidade. Concluir do facto de um indivíduo ser portador de um nome godo, que ele é de raça goda, seria tão absurdo como se um historiador, num futuro longínquo, quisesse demonstrar que os portugueses do século XX eram judeus, baseando-se na observação de os nomes mais frequentes desta época serem *Manuel* e *Maria*...¹³

¹² «O património visigodo». p. 28.

¹³ «O património visigodo». p. 21.

4. Vem de longe a discussão sobre as razões e a data da «germanização» onomástica. O aspecto da aparente concentração no Noroeste, nos limites do antigo Reino suevo, dos chamados «nomes de possessores» deve no entanto separar-se da documentação antropónica medieval a qual, com as devidas modificações regionais, espelha uma germanização mais ou menos comparável em todo o Norte da Península. De um lado, deve ter-se em conta o avanço da Reconquista, já nos séculos VIII e IX, no ocidente. Por outro, é conhecida a forte concentração de lugares habitados no Noroeste da Península –mesmo que a afirmação, repetida ultimamente, de que na Galiza actual se concentraria quase a metade de toda a toponímia maior do Estado espanhol seja bem exagerada–, do que resulta uma alta frequência de praticamente todos os tipos de designação toponímica. A questão central é a de determinar o momento histórico desta «revolução» no comportamento onomástico-toponímico. Há duas posições: uma considera essa evolução um fenómeno ligado ao processo da Reconquista, a outra parte de um facto histórico da última fase do Reino Visigótico. O melhor exemplo desta hesitação (e confusão) é-nos dado pelo próprio Prof. Piel que se ocupa, no entanto, mais do fenómeno toponímico do que da antroponímia. Convencido, durante décadas, de que o impressionante número de «nomes de possessores», sejam eles formados com nomes de origem latina ou germânica, seria o resultado de um movimento povoador dos primeiros séculos da Reconquista, passa, a partir dos anos 70, a favorecer a hipótese de um povoamento gótico, mais ou menos sistemático, do Noroeste após a supressão definitiva do Reino dos Suevos. Este movimento teria dois motivos: o da consolidação do domínio visigótico e a apetência de uma região fértil e por isso mesmo desde sempre densamente povoada¹⁴. Apoiar-se na toponímia evidentemente caracterizada por elementos de origem gótica, especialmente *sala*, e nos topónimos do tipo *Suegos* e *Godos*; contudo já não menciona a qualidade linguística dos próprios nomes dos «possessores».

Há aqui, evidentemente, uma certa confusão entre factos históricos como seja a questão do povoamento do Noroeste durante o Reino Visigodo e o decorrer da Reconquista, eventualmente traduzíveis da maneira de como designar um lugar, e a evolução do stock ou património antropónimo que dá o material para um tipo de designação toponímica muito caracterizado. É tradição muito antiga denominar lugares segundo o seu proprietário. O processo desta denominação obedece a certos mecanismos, facilmente reconhecíveis. Para a Península Ibérica prevalece, durante a longa fase de língua latina, a derivação com o sufixo adjectival determinativo -ANU, aplicado ao nome pessoal em questão e referindo-se à palavra base FUNDUS ou, mais frequente, VILLA, segundo o modelo *villa Cornelianana* > *Correlhã*. A fase vernácula do Noroeste é caracterizada por uma composição nominal do tipo *villa Petri* > *Vilapedre*, *Pidre* ou *villa Atanagildi* > *Tagilde*, *Tangil*, processo activamente productivo até o século XI. Note-se a sobrevivência do genitivo latino nesta função exclusiva, e sua sobrevivência na língua popular e não só na escrita como provam os resultados

¹⁴ Cf. também J.M. Piel, «Blüte und Verfall», p. 417.

modernos¹⁵. Parece que a passagem de um modelo ao outro se situa naquela longa fase da formação das línguas românicas individuais e que a conquista islâmica implicou a ruptura definitiva, ao perder-se a identificação pan-iberoromânica. São raríssimos os exemplos de formação em *-ana* sobre um nome de origem germânica (existe uma *villa Froilana* na Astúrias do século X, tratar-se-ia, eventualmente, de uma denominação latinizante) e a curiosa *villa Gomedei* do importante Parochiale suevo, ou *Divisio Theudemiri*, do ano 569 é um caso excepcional¹⁶: será que a formação genitiva traduza uma remota influência germânica?

Ao discutir a questão controversa de um eventual despovoamento organizado entre o Norte cristão e os domínios muçulmanos –ideia avançada por Alexandre Herculano e defendida por Sánchez-Albornoz– a historiografia respectiva –nomeadamente Pierre David e Avelino de Jesus da Costa, na sua monumental obra sobre a diocese de Braga– verificou uma evidente continuidade populacional, especialmente na parte sul da Gallaecia. Foi Alberto Sampaio, no seu conhecido estudo «As vilas do Norte de Portugal», de 1923, quem notou a falta de topónimos de tipo latino (em *-ana*) precisamente nesta região, afirmando «visto o cuidado que os povos germânicos tiveram em conservar tudo na situação anterior, os nomes latinos existiram até à queda do seu império», e um pouco mais adiante, «a substituição dos nomes –facto tão expressivo de uma alteração na parte mais íntima da sociedade, não teve com certeza lugar nesta época, mas na imediata... quando [os reis de Oviedo e Leão] resgatavam os territórios ocupados pelos muçulmanos»¹⁷. Concretamente aduz alguns exemplos dos primeiros passos da Reconquista, exemplos bastante conhecidos e corroborados por outros casos. Vale a pena repetir esta passagem, já citado pelo Prof. Piel:

A treze companheiros que pediram a Odoario [bispo de Lugo, cidade restaurada por Afonso I] *una villa ex ipsis quas ipse prendiderat*, deu-lhes *unam villam prenominatam Villamarci, quam iuse prendiderat & dederat Marco sobrino suo, a quo nomen accepit Villamarce*. Antes da apreensão ela havia de ter um nome que o bispo substituiu pelo do sobrinho. Este facto não é singular nem accidental. Noutro documento Adoario conta que concedeu a seis dos seus homens as vilas, Avezani, Guntini, Desterit, Provecendi, Sendoni, Macedoni, e que as denominou pelos nomes deles, Avezano, Guntino, Desterigo, Provocendo, Sendo, Macedónio. Relativamente à primeira acrescenta uma frase que se não deve omitir –*misimus ad eam nomen Avezani de nostra praesura*, palavras muito significativas no seu laconismo; pois explicam a razão dos novos nomes; a tradição romana não se tinha obliterado: a imposição do novo nome pessoal seria como uma ficção jurídica, pela qual se julgaria, expungido o antigo, fundar a vila novamente.¹⁸

¹⁵ Cf. para esta temática M. Díaz y Díaz, «Rasgos», pp. 188-9, e outros.

¹⁶ «Nous le considérons [o parochiale] comme un document du VI^e siècle en son troisième quart, contemporain de saint Martin de Dume; pièce unique dont l'équivalent n'existe pour aucune autre province ecclésiastique du monde latin» (Pierre David, p. 6). Cf. J.M. Piel, «Über die Namen der sog. Divisio Theodemiri», *RF* 71 (1959), 160-167.

¹⁷ Sampaio, p. 46. Assim também J.M. Piel, «Blüte und Verfall», p.417.

¹⁸ Sampaio, p. 50.

Esta substituição de um nome antigo por um novo, de conotação evidente, insere-se no âmbito da Reconquista¹⁹. Tratando-se, no nosso caso, de proprietários individuais, o mesmo fenómeno pode observar-se, desta vez aplicado a colectivos, frequentemente durante o século XIII. Basta lembrar a conhecida acção do Rei Sábio no «repartimiento» de Sevilla ou exemplos do Noroeste como «uolo facere populam in loco qui dicitur *Atrium* in foce Limie cui popule de nouo impono nomen *Viana*» (a.1258), «quando elrey don Sancho 1.º deu a poblar esta vila de *Contrasta* que agora chamam *Valentia*» (a.1258), «facio quendam populationem in *Cauto de Maazedo* et impono ei de nouo nomen *Monzon*» (a.1261) ou «damus et concedimus vobis populatoribus de illo nostro loco qui consuevit vocari *Burgum vetus* et inponimus nomen *Villa Nova de Rei* pro foro de *Gaya*» (a.1288), todos eles exemplos do século XIII.

Parece-me bastante provável que tenha havido uma colonização «goda» no Noroeste já a partir da última fase da guerra suévica²⁰: assim a temporã ocupação militar dos lugares fortificados mais importantes e a densidade de certos topónimos, especialmente *Sá*, eventualmente também a citada paróquia *Villa Gomedei*, da diocese do Porto, ou *Rodomiro*, da de Viseu, testemunham da presença de militares e altos funcionários godos no território da desaparecida Suécia. Também é provável uma massiva imigração de gente do Sul e do Centro. Trata-se, no entanto, de um processo de colonização já não de Visigodos mas sim de população hispano-românica, população na qual já se integrou o «elemento» germânico.

Isto de modo nenhum diz respeito à antroponímia em vigor no século VII ou do princípio do século VIII. A meu ver, o aspecto da germanização do stock onomástico tem de se separar absolutamente da questão do povoamento e da maneira de como designar lugares. O Prof. Piel que tratou, repito-o, muito mais da toponímia do que da antroponímia propriamente dito deixou em aberto esta problemática: insiste, por um lado, na precoce toponimização do tipo nome de proprietário, mas constata, por outro, a presença de nomes tanto de etimologia latina como germânica, estes últimos em maioria. Para mim, e posso basear-me na rica documentação medieval, «a germanização geral da antroponímia peninsular é manifestamente um fenómeno dos séculos VIII ao X. Mesmo sem dispormos de fontes pre-islâmicas podemos verificar a sobrevivência da onomástica clássica (grego-latina, mas também indígena) especialmente nos grandes focos políticos de Astúrias e Catalunha, o que não exclui, de maneira nenhuma, fortes tradições góticas em certas grandes dinastias». Também é céptico, quanto à uma profunda germanização da parte noroeste, ou seja da Galiza e de Portugal, José Mattoso, que a considera «um reflexo da irradiação do antigo reino de Oviedo, mandatário da primeira fase da Reconquista»²¹.

¹⁹ Parece tratar-se de um fenómeno do séc. VIII especialmente. Cf. também P. David p. 176.

²⁰ Cf. Orlandis, p. 80.

²¹ Mattoso, p. 325.

5. No que respeita ao reduzido léxico gótico que sobrevive, sob forma de empréstimo, em galego e português, continua válido o resumo do Prof. Piel no seu citado artigo «O património visigodo da língua portuguesa», de 1942. Pouco de novo se fez no passado meio século, a não ser a discussão destes empréstimos no grande dicionário etimológico de Joan Coromines ou algumas contribuições pontuais ou as «achegas» do próprio Piel. Esta situação mostra dois aspectos da linguística actual: o pouco interesse que desperta a etimologia em geral e os contactos germano-românicos –ou a *Romania Germanica* como também a *Germania Romanica* (ou latina)– em especial. Há razões para tudo, e a complexidade da etimologia germânica ultrapassa as possibilidades de um romanista sem formação germanística. Parece-me praticamente impossível chegar a conclusões definitivas sem a estreita colaboração de especialistas das duas disciplinas. Note-se, porém, que o número de especialistas da língua goda é, na actualidade, reduzidíssimo e que os germanistas ignoram, geralmente, as línguas românicas e a sua história. Estamos num verdadeiro «impasse». Os romanistas costumam «ruminar», sem preparação e sem crítica, o que vem escrito nas obras consideradas clássicas, e os germanistas ignoram a produção, inclusive documentação, romanística. É imprescindível um novo inventário e o estudo monográfico correspondente dos germanismos nas línguas românicas.

O que acabo de afirmar, certamente de maneira demasiado brutal, aplica-se tanto aos vocábulos como aos antropónimos de origem germânica. Assim o «Hispano-gotisches Namenbuch», que o Prof. Piel e eu próprio publicámos há 20 anos, não é, de maneira nenhuma, uma obra definitiva ou fidedigna em todos os aspectos, como não o é a clássica e fundamental *Romania Germanica* de Gamillscheg. Necessita absolutamente de uma actualização não só dos materiais entretanto decididamente mais ricos²², mas sobretudo da parte etimológica e geralmente explicativa. E falta-lhe, claro está, a «réplica» de um «Hispano-rominisches Namenbuch» ou seja o Dicionário onomástico hispano-românico. Considero este aviso oportuno: muito satisfeito com o bom trabalho dos jovens –cabe sublinhar o facto de se crear, à volta do projecto *PatRom* ou seja «Dicionário histórico da antroponímia românica» e com especial relevo para o domínio hispânico, toda uma geração de especialistas em onomástica– tenho constatado bastante imprudência na explicação dos antropónimos de origem germânica.

Voltando aos empréstimos lexicais a partir da língua gótica, posso resumir muito rapidamente o essencial, seguindo livremente a citada exposição do Prof. Piel. Distinguímos quatro grupos: (1) palavras que já pertencem ao latim vulgar ou medieval, (2) vocábulos comuns a todas as regiões primitivamente ocupados pelos Godos, (3) vocábulos peculiares à Península Ibérica e à Galoromânia, ou à Península e à Itália, e (4) as palavras visigodas exclusivas dos idiomas ibero-românicos.

²² Desde a constituição daquele inventário tem sido publicadas várias fontes históricas importantes que permitem completar e corrigir alguns aspectos. Sirvam como exemplos do Noroeste da Península: *Bagauda cognomento Zidi* a.947(or.) CDÓteroDueñas nº3, *Ermefara connomento Farita* a.876(or.) DocCatLeón 155 (cf. também *Farella* a.964(or.) ib. 240), *Bamba* ts. a.975(or.) ib. 256 / *frater Abambe* cf. 1003 DocCelanova1 n.8, *Otilanis principis* a.975 CC 3,411, **Sudila(ne)*, no topónimo *Sudilanes* (Peares/Or) = Rodríguez.Colmenero, Gal.Medieval, top. *Gondineses* s.11 DocCelanova2 n.27, *Rosla cogn. Geta* a.1029(or.) CDÓteroDueñas n.129, *Gracilo cogn. D. Tia* a.1014(or.) ib. n.64, *Geuerane* a.976 TumboSobrado 1,50 etc., etc.

É também importante repetir, sem entrar em pormenores, que os contactos e a convivência dos dois povos godos, Ostrogodos e Visigodos, com o mundo latino-romano começa em meados do século III, que os Visigodos chegaram à Península Ibérica já muito «romanizados». De facto, não temos qualquer documento ou indício concreto da língua que teriam falado os imigrantes. Conhecemos uns fragmentos da Itália ostrogoda e temos o célebre *Codex Argenteus*, cópia ostrogoda do século V e escrito em runas, da tradução fragmentária da Bíblia pelo bispo visigodo Úlfila dos meados do século IV. Trata-se do primeiro monumento de uma língua germânica, ao passo que as outras línguas se encontram documentadas só vários séculos mais tarde. Convém lembrar, neste contexto, que não conhecemos uma língua germânica mãe, comparável ao latim em relação às posteriores línguas românicas: todo étimo germânico leva portanto obrigatoriamente o asterisco. Parece seguro que a língua dos Visigodos desapareceu o mais tardar durante o século VII, sendo esta perda bastante rápida na camada aristocrática e nas cidades e contando-se com uma sobrevivência mais longa no campo, na população simples, talvez em pequenos grupos (que explicaria os topónimos do tipo *Godos*). A falta de documentos pode ser relacionada com a conversão do povo visigodo do arianismo ao catolicismo no ano 587, logo a seguir a anexação do Reino dos Suevos. Este contacto linguístico coincide ao mesmo tempo com a importante fase de diversificação do latim em línguas vernáculas. Os empréstimos, lexicais e antroponímicos, podem portanto ajudar na fixação da cronologia de certas mudanças fonéticas, especialmente da palatalização de *k-* e *g-* seguidos de vogais palatais e da sonorização das consoantes intervocálicas, particularmente as dentais.

Concreta e tradicionalmente atribuem-se à quarta categoria de empréstimos, os privativos da Península Ibérica, única que interessa neste contexto, as palavras seguintes: *aió* “preceptor”, *ataviar*, *casta*, *escançar*, *escanção* (*escanciar*, *escanciano*), *espeto* e castelhano *espito*, *espora* (*espuela*), *esquilar*, *fona* “centelha, chispa”, *freda* “espécie de multa que era cobrada de quem infringisse a paz estipulada”, *gana*, *ganso*, *gavião*, *grima*, *lastar* “pagar em lugar do outro”, *luva* (cast. *lua*), *malado* “criado de servir” assim como *teixugo* e poucas mais. São discutidas *aleive*, *cundir*, *fato*, *guarir* (com *guarecer*), *íngreme*, *tascar* e outras. Evidentemente prevalece a terminologia militar e jurídica, confirmada pelos «gotismos» mais propagados como *albergue*, *bando*, *elmo*, *espia*, *guarda* ou *trégua*. Por outro lado, e passo a citar o Prof. Piel, «trata-se de termos que designam objectos ou actividades relacionadas com a vida rural, a vida humilde e caseira da gente do campo, e que freqüentemente se limitam a determinadas regiões: *aspa*, *roca*, *espêto*, *taco*, *grapa*, *bramar*, *triscar*, etc. Esta última circunstância parece demonstrar que... a língua goda se manteve com maior tenacidade nas camadas inferiores do povo»²³. E insiste na possibilidade de que «um exame minucioso do vocabulário português, principalmente do regional, deve trazer à luz muito mais do que aquelas palavras» e remata que «a relativa pobreza dos nomes comuns de origem visigoda é evidentemente um indício da decadência deste idioma no tempo em que se gerou a língua portuguesa».

²³ J.M. Piel, «O património», p. 18 s.

Juntam-se a estes termos, e além do galego *escá* “medida para grãos”, inicialmente “taça”, duas designações de pássaros: *mejengra* “chapim” –já documentável sob a forma *Carualha da Meigenga* em 1258, e, na sua forma actual, no apodo *Caterina Meygengra*, utilizado por Gil Vicente– e *laverca* “calhandra”, documentada como *laverco* em 1059, e *laverca* em 1253.

A interpretação etimológica deste último mostra a dificuldade de distinguir entre gótico e suévio, duas línguas que pertencem a dois ramos diferentes da família linguística germânica, diferença facilmente detectável na antroponímia. Esta dificuldade repete-se no pequeno núcleo de palavras toponímicas que se concentram no Noroeste da Península e que são manifestamente prova da presença germânica. Trata-se de *lobio*, *boiro*, *groba* e *sáa*. Este último exige uma forma, provavelmente gótica, **sala* –a não confundir com o galicismo *sala*– apelativo que designou aparentemente a casa principal, sendo assim concorrente do latim *VILLA* ou *PALATIUM*, documentável, por exemplo, em «*villa iuxta amnis Armena nuncupata Sala de donna Eldonza*», num documento de Samos de 997. Como apelativo sobrevive ainda hoje o derivado *gasalha* (e família correspondente), literalmente “Geselle” ou seja “aquele que comparte a *sala*”. Tudo indica que os mais de cem topónimos com *Sá* ou *Sáa* ainda existentes substituíram a designação latina correspondente e seriam assim prova da tomada de posse das antigas propriedades romanas ou suevas por «proprietários» hispano-godos. A gente de mais baixa condição teria vivido em *boiros* (ou “casais”). Esta palavra, documentada na área do antigo Reino dos Suevos sob forma galega *Boiro* e portuguesa *Bouro*, relaciona-se com uma base germânico-ocidental **burja*, à qual corresponde o alemão *Bauer*, no sentido de “casa”. Outra palavra «castiça» é o galego *lobio*, definida “parral pequeno o de poca altura, que está sostenido con postes y armazón de madera, hierro o alambre...; En comarcas vitícolas de Galicia hay LOBIOS de relativa extensión y altura, que se alzan sobre caminos de carro y atraviesan entre muros los viñedos” por Eladio Rodríguez (2,542a) e já registada de Du Cange e de Sarmiento. Em português sobrevive exclusivamente, ao que parece, na toponímia. Identifica-se com o alemão *Laube* e corresponde etimologicamente ao internacionalismo, mais recente, *loja* (fr. *loge*, cat. *llojja*, esp. *lonja*) e *loggia*, formando assim um doblete ou triplete.

6. A única influência linguística concreta de um certo peso –e é aqui que se pode falar de «património visigodo»– nota-se na antroponímia medieval. Esta germanização é no entanto um fenómeno indirecto, aparentemente não coevo da presença de uma etnia germânica no contexto hispano-romano, mas sim resultado de uma evolução histórico-social: quer dizer da desintegração de uma hegemonia racial e do nascimento de uma sociedade homogénea ou nacional. Além disto, o fenómeno da germanização antroponímica não é, de maneira nenhuma, específico da Península. Verificamos fenómeno idêntico nos outros estados criados pelos povos germânicos no solo do antigo Império Romano. A especificidade histórica da Península é o colapso provocado pela Conquista: na futura França ou Itália a passagem da hegemonia racial à integração na-

cional faz-se mais paulatinamente, o fenómeno da germanização antropónimica é no entanto comparável²⁴. Conforme ao que acabo de expor, há exclusivamente germanização antropónimica. A toponímia medieval é o resultado de processos linguísticos latino-românicos. (É curioso, neste contexto e entre parênteses, o desequilíbrio entre estudos de antroponomia e de toponímia: a última bibliografia linguística galega, por exemplo, cita 91 títulos de antroponomástica contra 325 de toponomástica²⁵.)

Não vou dar um curso de antropónimia de origem germânica ou, mais precisamente, visigoda. Basta, neste contexto, repetir o essencial²⁶. Um nome germânico é normalmente bitemático, quer dizer juntam-se dois elementos lexicais independentes, com específica tradição onomástica (tipo *Amalaricus* ou *Gunditrudia*). Normalmente a juntura é marcada por um «Fugenvokal», o qual nunca leva o acento. É importante este aviso porque continuam, na historiografia (e assim nos livros de escola), grafias aberrantes de nomes germânicos históricos do tipo *Sigérico* ou *Recáredo* em lugar de *Gunderico* e *Recaredo*. Estes nomes compostos são declinados, salvo excepções, segundo a declinação «forte» ou vocálica. Existe uma distribuição bastante rigorosa entre elementos exclusivos da primeira posição (a determinativa) e da segunda ou comuns às duas assim como uma distinção entre elementos que entram na formação de nomes de homen ou de mulher²⁷. O segundo elemento começa obrigatoriamente por uma consoante, inclusive *W-*, e evita-se a aliteração entre os dois temas. Destes nomes compostos se criam muitas vezes formas hipocorísticas. O processo básico é a redução do nome bitemático a um de seus componentes, em geral mas de modo nenhum exclusivamente o primeiro (por exemplo: *Berulfus* > *Bera* ou *Geldemirus* > *Miro*). Um «nome curto», quando resultar do primeiro elemento do nome bitemático, declina-se normalmente segundo a declinação «fraca» ou consonântica (tipo *Bera*, *Berane*), quando se trata do segundo elemento pode haver as duas declinações (tipo *Mirus*, *Miri* ou *Mirus*, *Mirone*), conforme a «gramática» onomástica latina da época; também há *Mira*, *Mirane*, neste caso derivado do primeiro elemento. Geralmente estes nomes curtos levam um sufixo de função hipocorística, especialmente *-ila*, de flexão consonântica (tipo *Átila*, *Attiláne*). Os Visigodos pertencem, como acabo de dizer, ao ramo oriental dos Germanos. Este facto é importante, por exemplo, para distinguir entre nomes godos e nomes francos, estes característicos, além dos de origem visigoda, da Catalunha²⁸, mas também importados na Galiza desde o sécu-

²⁴ Trata desta época o projecto, comum de historiadores e linguistas, «Nomen et gens». Cf. ultimamente D. Geuenich et al., *Nomen et gens*, Berlin/New York 1997.

²⁵ Cf. Francisco García Gondar (dir.), *Repertorio bibliográfico da lingüística galega, desde os seus inicios ata 1994 inclusive*, Santiago de Compostela: C.I.L. 1995. A relação é idêntica na recente bibliografia de Xosé L. Regueira Fernández (coord.), *Guía bibliográfica de lingüística galega*, Vigo: Xerais 1996.

²⁶ Cf. as indicações em Piel-Kremer, *Hispano-gotisches Namenbuch*, p. 33 s.

²⁷ Cf. J.M. Piel, «Sobre a formação dos nomes de mulher medievais hispano-visigodos», *Estudios Menéndez Pidal* 6 (1956), 111-143.

²⁸ Cf. D. Kremer, *Die germanischen Personennamen in Katalonien*, Barcelona 1969-1972.

lo x²⁹. Diverge o vocabulário onomástico³⁰ e, às vezes, o tratamento gramatical (por exemplo, a classe flexional do importante elemento feminino *-hilþ-*, sempre *-ildi* em hispano-gótico, mas *-ildis* em formações de origem francônica). A marca inequívoca é a terminação: ao contrário da flexão francônica, os elementos góticos «fracos» masculinos terminam em *-a*, os femininos em *-o*, segundo o modelo *Chintila/Chintiláne* ou *Lúva/Lúváne* masculinos, face a *Chintilo/Chintilóne* ou *Leovegodo/Leovegodone*, femininos.

É discutida a interpretação semântica dos nomes compostos. Parece que o conhecido sistema germânico de intercâmbiar (e aliterar) os elementos onomásticos para manifestar a filiação se manteve na fase de romanização, tornando-se num mecanismo mais ou menos automático. Em contexto românico, os nomes compostos seguramente já não têm uma significação própria, trata-se de elementos morfológicos e sons que se combinam sem ter como resultado necessariamente uma palavra onomástica com significado. Basta ver os inúmeros nomes fantásticos de feitiço germânico inventados para fins literários. Nunca deveria, pois, «traduzir-se» um nome românico de etimologia germânica; «é no entanto legítimo indicar o significado de cada elemento onomástico.»³¹ Esta perda de significação própria nota-se especialmente na evolução dos segundos elementos, os quais, no contexto latino-românico, se transformam numa espécie de sufixos (tónicos). De outra maneira não teriam explicação as múltiplas formações fantasiosas do ponto de vista germânico nem as numerosas mudanças de género (principalmente feminizações) e as interessantes composições híbridas (tipo *Cristimirus*, *Floresindus*, etc.).

Por fim, volto a insistir em que a totalidade do tesouro onomástico dos Visigodos hispânicos é transmitida no contexto latim. E procede-se à latinização (ou romanização) —evidentemente não só gráfica mas também linguística— precisamente no momento da individualização do latim hispânico e da sua fragmentação em línguas individuais. Os nomes de origem visigoda são portanto testemunhas importantes da história linguística. Os fenómenos mais relevantes são, por um lado, a deslocação do acento germânico da primeira sílaba à penúltima (*Fridinand* > *Fredenándus*) e a adaptação de sons especificamente germânicos (*-h-* e, especialmente, *-iu-* e *-þ-*) à fonética hispânica, e, por outro, o tratamento das oclusivas intervocálicas e vogais tónicas. São conhecidos estes processos nos seus resultados gerais, mas continua um *desideratum* a monografia específica sobre a romanização da antroponímia hispano-goda, a qual, naturalmente, deveria partir de uma base germânica fiável³².

²⁹ Cf. A.I. Boullón Agrelo, «A influencia franca na onomástica medieval galega», *Cultura Galega. Homenaxe a Ramón Lorenzo*, tomo II, Vigo 1998, pp. 867-894.

³⁰ É a distinção da individualidade onomástica dos povos germânicos um dos objectivos principais do projecto «Nomen et gens».

³¹ Cf. D. Kremer, «À volta», p. 130.

³² A problemática dos nomes de origem germânica manifesta-se, por exemplo, na difícil leitura e interpretação das «piçarras», principalmente dos séculos VI e VII. É interessante a forma *Favila* (= *Faf(f)jila*) ou a documentação de nomes novos ou pouco documentados como *Edevindvs*, *Eriricus*, *Ferbodvs*, *Gandaricus*, *Gogulfivs*, *Golvlfvs*, *Gundacvs*, *Irmína f.*, *Teodadus*, *Teodvs*, *Tevtoteo*, *Vnigild(vs)*, *Vstrildina*, *Vararicvs*, *Vinildero*. Em alguns casos será discutível a leitura (ou interpretação), em outros, a editora interpreta como germânicos nomes de clara procedência indígena, como *Amaranus*, *Avinus*, *Barosa f.*, *Busauni*, *Fragola f.*

7. Falar de «Galicia Germânica» é uma tarefa ambígua. Tudo indica que a história da Galiza é prova de uma continuidade, menos de rupturas³³. Um factor importante seria certamente a sua situação geográfica periférica que impediu uma rápida romanização e que evitou uma pelo menos superficial arabização. A longa dominação germânica –primeiro na isolamento do Reino dos Suevos, e depois integrada no estado central sob signo visigodo– não foi evidentemente um interlúdio. É no entanto muito discutível qual teria sido o impacto destas minorias étnicas. Minimiza-se bastante o papel dos Suevos, sendo a razão última a nossa ignorância praticamente completa deste povo (ou grupos de vária procedência étnica). O perigo está precisamente nesta mistificação que se presta a uma identificação nebulosa, mais nebulosa que a mistificação celta. Bastante mais concreta parece a interferência goda. Historicamente assistimos à integração destes Germanos –com seculares e estreitos contactos com o mundo romano– nas sociedades hispânicas. Linguisticamente esta integração é praticamente absoluta, os poucos empréstimos hispano-góticos não têm qualquer significado e parece não ter havido influência na estrutura das línguas hispano-românicas. O grande legado, ou «património» visigodo, é indirecto. A forte «germanização» da antroponímia alto-medieval parece um fenómeno da primeira Reconquista e já não tem significado étnico, sendo outro problema a popularização por camadas sociais desta estranha antroponímia. O conceito histórico de Galicia «Germânica» não deve, pois, confundir-se com uma virtual Galicia «germanizada».

8. Em resumo: Da «Galicia Germânica» há hoje em dia vestígios bastante palpáveis, mas sempre indirectos. Todos os dias utilizamos nomes como *Afonso, Álvaro, Fernando, Gonçalo* ou *Elvira*, apelidos como *Alves (Álvarez), Fernandes, Gomes, Rodrigues*, são conhecidos os *Sá* ou *Saavedra*, os topónimos *Gundín* ou *Ramirás*, etc., etc. O planeado «Diccionario de apelidos galegos» só poucos antropónimos (normalmente sob forma patronímica) de origem germânica medieval terá de discutir, a grande maioria se esconde indirectamente, sob forma de apelido detoponímico, nos inúmeros topónimos galegos de formação medieval. E assim se reencontram antroponímia e toponímia. No caso da Galiza –e ao mesmo título o Norte do vizinho Portugal, região central da antiga Gallaecia sueva e visigoda– urge desenterrar, de maneira sistemática, este «património» não só visigodo, mas antroponímico em geral. Deram-se primeiros passos na Catalunya, com o primeiro volume do «RAC» ou seja *Repertori d'antropònims catalans*, que recolha a totalidade da documentação antroponímica até, um pouco arbitrariamente, ao ano 1000. Na vizinha Asturias está prevista a publicação de um repertório comparável, em todo caso já se dispõe da informação completa e acessível dentro do projecto *PatRom*³⁴. No caso específico da Galicia, a toponímia deantroponímica tem um papel muito espe-

³³ Cf. Orlandis, p. 52.

³⁴ Cf. D. Kremer (coord.), *Dictionnaire historique de l'anthroponymie romane (PatRom)*. *Présentation d'un projet*, Tübingen: Niemeyer 1997 (= *Patronymica Romanica*, 9).

cial. Para terminar não posso senão repetir mais uma vez o que já sugeri repetidamente³⁵: seria do mais alto interesse científico e nacional a elaboração de um «Dicionário toponímico histórico da Galícia». Escreveu o Prof. Piel em 1979 e não perdeu a sua actualidade:

Menos exposto que o léxico comum a influências e flutuações vindas de fora, por estar mais fortemente vinculada à terra, o léxico toponímico, símbolo da perenidade da Galiza, apresenta-se, a quem tem o condão e a paciência de o decifrar, como uma espécie de livro aberto em que se inscreveram as muitas gerações que sucessivamente viveram, labutaram e morreram no seu solo. Num momento histórico, em que visivelmente se acentuam as actividades científicas e pedagógicas em prol da recuperação e dignificação do galego, o seu tesouro avoengo toponímico merece que se lhe dedique uma atenção particular³⁶.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Boullón Agrelo, Ana Isabel, «A influencia franca na onomástica medieval galega», *Cultura Galega. Homenaxe a Ramón Lorenzo*, prep. par Dieter Kremer, tomo II, Vigo 1998, 867-894.
- Costa, P.^e Avelino de Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra 1959 (= Separata de *Biblos* XXXIII e XXXIV).
- David, Pierre, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa: Livraria Portugália Editora / Paris: Les Belles Lettres 1947 (= Collection portugaise, 7).
- Díaz y Díaz, Manuel C., «Rasgos lingüísticos», *ELH* 1,153-197.
- ELH* = *Enciclopedia lingüística hispánica*, dirigida por A. Alvar, A. Badía, R. de Balbín, L.F. Libdley Cintra, 2 tomos, Madrid: C.S.I.C. 1960/1967.
- Fontaine, Jacques / Pellistrandi, Christine (eds.): *L'Europe héritière de l'Espagne wisigothique*, Madrid: Rencontres de la Casa de Velázquez 1992 (= Collection de la Casa de Velázquez, 35)
- Gamillscheg, Ernst: *Romania Germanica. Sprach- und Siedlungsgeschichte der Germanen auf dem Boden des alten Römerreichs*, 3 vols., Berlin/Leipzig: De Gruyter 1934/36 [Há uma reedição, completamente revista, do vol. I].
- Gamillscheg, Ernst, «Germanismos», *ELH* 2,79-91.
- Grosse, Roberto, *Las fuentes de la época visgoda y bizantinas*, Barcelona: Bosch 1947 (= Fontes Hispaniae Antiquae, IX).
- Historia de España Menéndez Pidal*, tomo III: *España visgoda*, 2 vols., Madrid: Espasa-Calpe 1991.
- Koller, Erwin / Laitenberger, Hugo (ed.), *Suevos – Schwaben. Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585)*, Tübingen 1997 (= Tübinger Beiträge zur Linguistik, 426).
- Kremer, Dieter, *Die germanischen Personennamen in Katalonien. Namensammlung und Etymologisches*, Barcelona: Institut d'Estudis Catalans 1969-1972 (= Extret d'Estudis Catalans, XIV-XV).

³⁵ Cf. D. Kremer, «O Onomástico», p. 29 s.

³⁶ J.M. Piel, «Considerações», p. 10 s.

- Kremer, Dieter, «Hispania Germanica. En torno a las relaciones lingüísticas germano-hispánicas», *Actas del Coloquio hispano-alemán Ramón Menéndez Pidal* (Madrid 1978), Tübingen 1982, 138-149.
- Kremer, Dieter: «La survivance du wisigotique dans la Péninsule ibérique», André Rousseau (éd.), *Sur les traces de Busbecq et du gotique*, Lille: Collection ULB 1991, 221-230.
- Kremer, Dieter, «À volta da problemática dos nomes de origem germânica na península ibérica», Erwin Koller / Hugo Laitenberger (ed.), *Suevos-Schwaben. Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585)*, Tübingen: Narr 1998, 115-135.
- Kremer, Dieter, «O Onomástico de Sarmiento e a onomástica galega», *O Padre Sarmiento e o seu tempo*, tomo II, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Universidade de Santiago de Compostela 1997, 15-30.
- Kremer, Dieter, «Zur Romanisierung germanischer Personennamen im Raum der Gallier und Hispanier», *Nomen et gens. Zur historischen Aussagekraft frühmittelalterlicher Personennamen*, hg. von Dieter Geuenich, Wolfgang Haubrichs, Jörg Jarnut, Berlin/New York: de Gruyter 1997 (= Ergänzungsbände zum Reallexikon der Germanischen Altertumskunde, 16), 211-225.
- Mattoso, José, «Les Wisigoths dans le Portugal médiéval: état actuel de la question», in: J. Fontaine (ed.), *L'Europe héritière de l'Espagne wisigothique*, Madrid 1992, 325-339.
- Orlandis, José: *Historia de España. La España visigoda*, Madrid: Gredos 1977.
- Piel, Joseph M.: *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, 2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional 1936/1945.
- Piel, Joseph M.: «O património visigodo da língua portuguesa», *Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra* 1942., 37 pp.
- Piel, Joseph M.: «Blüte und Verfall der westgotisch-hispanischen Personennamen», J. Sahlgren / B. Hasselrot / L. Hellberg (eds.), *Quatrième congrès international de sciences onomastiques. Actes et Mémoires, vol. II*, Lund 1954, 408-420.
- Piel, Joseph M., «Sobre a formação dos nomes de mulher medievais hispano-visigodos», *Estudios Menéndez Pidal* 6 (1956), 111-143.
- Piel, Joseph M., «Über die Namen der sog. Divisio Theodemiri», *RF* 71 (1959), 160-167
- Piel, Joseph M.: «Zur Problematik der Beziehungen zwischen Sueben und Westgoten», Deutscher Verein in Lissabon, *Festschrift zur Hundertjahresfeier des Deutschen Vereins*, Lisboa 1971, 48-53.
- Piel, Joseph M.: «Vestígios da onomástica pessoal visigoda, medieval, na toponímia menor das terras de Bragança», *Biblos* 51, 1975, 529-546.
- Piel, Joseph M. / Kremer, Dieter: *Hispano-gotisches Namenbuch. Der Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen- und Ortsnamen der Iberischen Halbinsel*, Heidelberg: Winter 1976.
- Piel, Joseph M.: «Reflexões sobre dois antigos visigotismos galego-portugueses: *gasalha* e *Saa/Sá*», *Estudos em Homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz*, Coimbra 1983, 3-10.
- Piel, Joseph M., «Considerações gerais sobre a toponímia e antroponímia galegas», *Verba* 6 (1979), 5-11.
- Sampaio, Alberto: *Estudos históricos e económicos: «As vilas do norte de Portugal»* [1923], prefácio de Maria José Trindade, Lisboa: Vega 1979.
- Torres Rodríguez, Casimiro: *El Reino de los Suevos*, La Coruña 1977 (= Galicia Histórica, 1).
- Velázquez Soriano, Isabel: *Las pizarras visigodas: edición crítica y estudio*, Murcia: Universidad 1989 (= Antigüedad y Cristianismo, VI).